

CORREIO NACIONAL

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Serviço chegará a todo o país até junho

SUS: teleatendimento para mulheres expostas à violência

Mulheres expostas à violência ou em vulnerabilidade psicossocial que vivem no Recife e no Rio de Janeiro terão acesso a teleatendimento em saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS) a partir deste mês. O cronograma do Ministério da Saúde prevê que, em maio, a ação chegará a cidades com mais de 150 mil habitantes e, em junho, ao restante do país.

Em nota, a pasta informou que estão previstos 4,7 milhões de teleatendimentos psicológicos ao ano, por meio de parceria com a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS) e com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS).

Atendimento pelo aplicativo

Para ter acesso ao serviço, as mulheres poderão ser orientadas e encaminhadas por unidades da atenção primária à saúde, unidades básicas de saúde (UBS) e serviços da rede de proteção.

Também será possível buscar o atendimento diretamente pelo aplicativo Meu SUS Digital, por meio de um mini app previsto para começar a funcionar no fim deste mês de março.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Serão oferecidos próteses, implantes e restaurações

Acesso a reconstrução dental

Mulheres vítimas de violência terão acesso a reconstrução dentária no SUS, incluindo tratamento odontológico integral e gratuito. Serão oferecidos próteses, implantes, restaurações e outros procedimentos. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (5) pelo Ministério da Saúde. A ação faz parte do plano de trabalho anunciado ontem (4) para o enfrentamento ao feminicídio no país. Segundo a pasta, o programa contará com o reforço de 500 impressoras 3D e scanners, que funcionarão em unidades odontológicas móveis distribuídas em todo o país.

400 novos veículos em 2025

Em 2025, foram distribuídos 400 novos veículos e a previsão é que, até o fim deste ano, outras 800 unidades entrem em circulação. “Se os homens não se engajarem no enfrentamento à violência contra as mulheres, a gente não vai ganhar essa batalha. As mulheres já lutam por isso há muitos anos, há décadas”, destacou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

CID de feminicídio

O Ministério da Saúde solicitou à OMS a inclusão da categoria feminicídio na Classificação Internacional de Doenças (CID-11). O objetivo, segundo a pasta, é dar maior visibilidade aos óbitos de mulheres motivados por desigualdade de gênero – atualmente registrados de forma genérica como agressão.

Viagem solo

Quatro em cada dez brasileiras já viajaram sozinhas. O dado sinaliza que, pouco a pouco, as mulheres vêm se sentindo mais seguras para desbravar o mundo por conta própria.

A informação é extraída de uma pesquisa do Ministério do Turismo e da Unesco com 2.712 mulheres.

Combate à Malária

O Ministério da Saúde iniciou o novo tratamento contra a malária em crianças menores de 16 anos de idade no SUS com o uso de tafenoquina na formulação pediátrica de 50 mg, indicada para pesos entre 10 kg e 35 kg. O público infantil concentra cerca de 50% dos casos da doença no país.

Pé-de-Meia

O Ministério da Educação pagou, na quinta, duas parcelas do Programa Pé-de-Meia de 2025 aos estudantes beneficiados que nasceram nos meses de novembro e dezembro. A primeira parcela é referente à conclusão, em 2025, de uma das séries do ensino médio. A outra parcela é depositada somente aos concluintes desta etapa.

Chamada até 2027

O governo federal decidiu prorrogar por 12 meses o prazo de validade da primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPU), conhecido como o “Enem dos Concursos”.

O edital com a decisão está publicado na edição desta quinta-feira (5) do Diário Oficial da União.

Desastres

Os Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil apresentaram na quarta, no Rio de Janeiro, as principais inovações tecnológicas incorporadas ao patrimônio da tropa com o objetivo de modernizar as forças de defesa do país. A maior novidade é o recém-ativado Esquadrão de Drones Táticos de Esclarecimento e Ataque.



Serão cerca de mil mandados de prisão no país

Mutirão de prisão contra agressores de mulheres

Comitê anuncia plano de combate à violência de gênero

Da Redação

A poucos dias do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, o Comitê do Pacto Brasil entre os Três Poderes apresentou nesta quarta-feira (4) um plano de trabalho para o enfrentamento ao feminicídio no país. Um dos destaques é a realização de um mutirão nacional para o cumprimento de cerca de mil mandados de prisão contra agressores, que seguem soltos em todo o país.

O mutirão será coordenado nacionalmente pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em articulação com forças de segurança estaduais.

As medidas foram anunciadas durante o seminário Brasil pela Vida das Meninas e Mulheres, realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselho, e pelo Ministério das Mulheres, no Palácio do Planalto. O evento contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de autoridades do governo federal, como as ministras Márcia Lopes (Mulheres) e Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais), além de representantes de outros órgãos de Estado e da sociedade civil.

Entre os presentes, esteve a ativista brasileira Maria da Penha Maia Fernandes, que após duas tentativas de feminicídio lutou para que seu agressor viesse a ser

condenado. A farmacêutica dá nome ao principal mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher do Brasil: a Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006).

“De caráter dinâmico e sujeito a atualizações permanentes, o plano tem como foco prioritário três desafios: celeridade nas medidas protetivas de urgência e responsabilização dos agressores; fortalecimento da rede de acolhimento e atendimento às mulheres em situação de violência; e mudança cultural para um país de segurança e paz para as mulheres”, informou o governo, em nota para detalhar as ações.

Instituído há cerca de um mês, o Pacto Nacional – Brasil contra o Feminicídio é uma iniciativa coordenada e permanente entre os Três Poderes com o objetivo de prevenir a violência contra meninas e mulheres no Brasil. O acordo reconhece que a violência contra mulheres no país figura como uma crise estrutural que não pode ser enfrentada por ações isoladas.

Além da realização de operações para o cumprimento de mandados de prisão, o pacto anunciou a adoção de um sistema de rastreamento eletrônico para agressores cujas vítimas estão com medida protetiva e a criação do Centro Integrado Mulher Segura, que irá centralizar dados e monitoramento.